

## APRESENTAÇÃO

A região da Amazônia, conhecida por sua vasta biodiversidade e importância ecológica, enfrenta desafios complexos quando se trata de sustentabilidade, desenvolvimento social e econômico. As pesquisas demonstram grandes desafios, considerando a interação entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

A Amazônia é o lar de uma das maiores biodiversidades do mundo, mas enfrenta ameaças significativas devido ao desmatamento, mineração ilegal e exploração de recursos naturais. O desafio aqui é encontrar um equilíbrio entre a preservação ambiental e o uso sustentável dos recursos, garantindo a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Outro desafio é promover um desenvolvimento econômico que seja ecologicamente sustentável e que beneficie as comunidades locais, evitando a exploração predatória e garantindo a equidade na distribuição dos benefícios. As comunidades indígenas, quilombolas e locais na Amazônia possuem uma relação intrínseca com a floresta e são frequentemente as mais afetadas pelas mudanças no ecossistema. As pesquisas, neste lugar desafiador, incluem explorar os desafios de garantir os direitos dessas comunidades, promovendo a inclusão social e o respeito às suas tradições e conhecimentos.

A proposta deste dossiê, na revista científica da Escola da Magistratura de Rondônia (EMERON), aborda um tema de suma importância e atualidade: “Sustentabilidade, Sociedade & Desenvolvimento na Amazônia Ocidental”, coordenado pelos professores Doutores Arlen José Silva de Souza, Thais Bernardes Maganhini e Aparecida Luzia Alzira Zuin.

Esta publicação é especialmente relevante por reunir produções científicas elaborados por mestrandos e docentes do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (PPG/DHJUS). É neste Programa, referência de pesquisa interdisciplinar na Amazônia Ocidental, que a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) cumpre seu papel vital de ensino, pesquisa e extensão. E neste tripé se coloca como uma instituição de ensino superior, vanguardista no desenvolvimento da pesquisa em Direitos Humanos, principalmente, em defesa dos direitos dos povos amazônicos. Daí que este dossiê coloca aos interes-

sados pela Amazônia e pelas pesquisas aqui apresentadas, um espaço de discussão estratégico.

Esses trabalhos são frutos das pesquisas elaboradas nas disciplinas “Direito Econômico Ambiental” e “Direito Ambiental, Sociedade e Desenvolvimento”, ministrada pela Profa. Dra. Thais Baernardes Maganhini refletindo a interseção entre a preservação ambiental, o desenvolvimento econômico e social, e os direitos humanos. O foco na Amazônia Ocidental destaca a região como um epicentro de discussões críticas sobre a sustentabilidade, oferecendo uma perspectiva única sobre os desafios e soluções para um dos ecossistemas mais vitais do planeta.

Cada artigo na revista proporciona uma análise aprofundada de diferentes aspectos relacionados à sustentabilidade na Amazônia Ocidental. Isso inclui a avaliação de políticas públicas ambientais, a relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, e o papel da sociedade e da justiça na promoção de um desenvolvimento sustentável. Através deste prisma, a revista contribui significativamente para o entendimento e a disseminação de conhecimentos essenciais no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Ainda, reunindo artigos sobre “Sustentabilidade, Sociedade & Desenvolvimento na Amazônia”, esta obra oferece uma visão abrangente, -trans, inter- e multidisciplinar -sobre os desafios ambientais, econômicos, sociais e jurídicos enfrentados na região.

O artigo que abre o dossier tem como tema “Amazônia: O Paradoxo entre Agronegócio e Preservação do Meio Ambiente na Maior Floresta Tropical do Mundo”. Neste trabalho a proposta é analisar o conflito entre o crescimento do agronegócio e a necessidade de preservação ambiental na Amazônia. Tem-se aqui uma correlação importante com os direitos humanos, afinal, com seu ecossistema diversificado, oferecendo recursos essenciais não só para a fauna e flora locais, mas também para as comunidades humanas, incluindo muitas populações indígenas com conhecimentos tradicionais inestimáveis, sua preservação já não é mais um fato, mas um direito.

O segundo versa “O Princípio do Protetor-Recededor como Vetor de Políticas Públicas Ambientais” Discute como esse princípio pode orien-

tar a criação de políticas públicas mais eficazes para a proteção ambiental, afinal, estamos tratando da Amazônia, um dos maiores biomas do mundo, lugar que desempenha um papel vital na regulação do clima global e na manutenção da vida e da biodiversidade. O tema discutido neste capítulo perpassa, também, pela estratégia do desenvolvimento sustentável, haja vista a necessidade das políticas públicas, que tratam sobre a questão ambiental, imprescindivelmente neste contexto, considerar o respeito à integridade ecológica da região na promoção do bem-estar da sua população.

O artigo intitulado como “Projeto Renascer das Águas no Município de Cacoal-RO: Concepções Teóricas e Práticas da Intervenção do Ministério Público para Promoção de Justiça Socioecológica” descreve um projeto específico em Cacoal, focando nas ações do Ministério Público para promover justiça ambiental e social. Desse modo, é possível reconhecer, neste trabalho, o papel fundamental do Ministério Público do Estado de Rondônia (MPE-RO) na defesa do meio ambiente e da preservação da Amazônia. Como um órgão de fiscalização e proteção, o MPE-RO atua na vanguarda das questões ambientais, assegurando a observância das leis e regulamentações que protegem este ecossistema vital. Suas ações incluem, neste caso em particular, a investigação e o combate ao desmatamento ilegal, à exploração predatória de recursos naturais e à poluição. Além disso, este Ministério Público trabalha em estreita colaboração com as comunidades locais, com a Universidade Federal de Rondônia, por meio do projeto de mestrado profissional DHJUS, apoiando iniciativas de desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade. Esta atuação é essencial para garantir que as riquezas naturais e culturais da Amazônia sejam protegidas para as gerações futuras, equilibrando o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental.

Outro importante artigo trata sobre os efeitos do grande empreendimento Hidrelétrico no Estado de Rondônia. Intitulado “A Área de Influência Indireta (AII) da UHE Tabajara - Uma Violação de Direitos Humanos?” - a pesquisa que suscitou este artigo investiga se os impactos indiretos da Usina Hidrelétrica Tabajara constituem uma violação dos direitos humanos. Dita-se importante levando em conta que as usinas hidrelétricas na Amazônia têm impactos significativos tanto no ecossistema quanto na vida dos povos originários. Embora forneçam energia, sua construção frequentemente leva ao alagamento de vastas áreas de floresta, alterando

ecossistemas locais e a biodiversidade. Para os povos indígenas e ribeirinhos, por exemplo, esses projetos podem resultar em deslocamento forçado, perda de terras ancestrais e impacto em seus modos de vida, que estão intrinsecamente ligados ao ambiente natural. Além disso, alterações nos fluxos dos rios podem afetar a pesca, uma fonte crucial de alimento para muitas comunidades. Esses aspectos destacam a complexidade e os desafios de equilibrar desenvolvimento e conservação.

Outra temática abordada, que dialoga com a questão dos direitos humanos dos povos originários, trata, principalmente, dos conflitos envolvendo terras indígenas na Amazônia. O tema é trazido no texto “O Desenho de Solução de Disputas como Instrumento para Solução de Conflitos Relacionado às Terras Indígenas da Amazônia”. A pergunta que se faz aqui é: existe a possibilidade de se aplicar os métodos alternativos de resolução de conflitos. Sabemos que os métodos alternativos de resolução de conflitos em questões envolvendo terras indígenas na Amazônia incluem mediação, conciliação e arbitragem. Estes processos promovem diálogos entre as partes envolvidas, buscando soluções pacíficas e mutuamente aceitáveis. A mediação, especialmente, permite que as comunidades indígenas expressem suas preocupações e necessidades, respeitando sua cultura e tradições. E é neste contexto de estudo que se defende que estes métodos podem evitar a judicialização prolongada, oferecendo uma abordagem mais colaborativa e menos confrontacional, essencial para preservar os direitos humanos dos povos indígenas e promover a harmonia entre diferentes interesses na região amazônica.

Ainda, os desafios de preservação ambiental enfrentados pelo Quilombo de Pedras Negras em meio ao desmatamento e invasões são revisitados com o texto “A Preservação do Meio Ambiente no Quilombo de Pedras Negras do Guaporé-RO ao Desmatamento e a Invasão do Território”. É preciso destacar, por meio deste trabalho, que a preservação ambiental é vital para os povos quilombolas, cujo modo de vida está intimamente ligado à terra e aos recursos naturais. Proteger seus ambientes garante não apenas a manutenção da biodiversidade amazônica, neste caso, mas também a preservação de suas tradições, cultura e sustento. A conservação ambiental apoia a agricultura sustentável e a segurança alimentar dessas comunidades, ao mesmo tempo em que salvaguarda seu legado cultural e histórico. Portanto, a preservação ambiental é essencial para a sobrevivência e prosperidade dos povos quilombolas. Logo, as consequências

cias do desmatamento e a invasão destes territórios é crime contra os direitos humanos desta população.

Com o trabalho “A Aplicação da Teoria da Fidúcia no Direito Ambiental” é possível examinar como a teoria da fidúcia pode ser utilizada no contexto do direito ambiental. Na mesma direção, a pesquisa sobre “O Dever de Proteção Ambiental, o Desenvolvimento Sustentável e o Exame de Racionalidade Estreita na Visão do Supremo Tribunal Federal”, dizem respeito aos direitos humanos, haja vista enfatizar o dever de proteger o meio ambiente como essencial, e mais, promovendo um desenvolvimento que equilibra crescimento econômico com sustentabilidade e justiça social, em uma região carente, esses aspectos se destacam porque colaboraram para a defesa desses direitos.

Intitulados “Novas Ferramentas Tecnológicas para Monitoramento Ambiental e o Ministério Público de Rondônia”; “Objetivos do Meio Ambiente Artificial no Ordenamento Jurídico Brasileiro e sua Aplicabilidade”; “Da Viabilidade Econômica e do Potencial para a Redução dos Impactos Ambientais no Processo de Recapagem de Pneus”; estes artigos embora elaborados separadamente nos dão importantes instrumentos para refletir sobre as questões ambientais, tecnológicas e os meios ambiente natural e artificial em correlações. Observamos que com o avanço das tecnologias, como sensores remotos, drones e inteligência artificial, é possível realizar um acompanhamento mais preciso e em tempo real dos impactos ambientais causados por atividades humanas, principalmente na Amazônia, considerando sua imensa área geográfica-territorial. Esses avanços facilitam a identificação rápida de problemas, como a poluição e a degradação ambiental, queimadas na floresta, garimpos ilegais, permitindo intervenções mais eficazes. Afinal, não é mais possível desvincular o meio ambiente natural do meio ambiente artificial (as cidades), porque quando se apregoa o direito ambiental, o direito da cidade, ambos têm como objetivo discutir condições a minimizar os danos para ambos meios ambientes, em vista à promoção do desenvolvimento urbano mais sustentável e responsável ou cumprimento a sua função social e/ou socioambiental.

A segunda parte da revista apresenta uma coleção diversificada e profundamente informativa de artigos, refletindo a amplitude e a complexidade dos desafios jurídicos e sociais contemporâneos. Com contribuições de juristas e acadêmicos renomados, esta edição traz uma análise criteriosa sobre temas que vão desde a autonomia e as responsabilidades legais do Conselho Tutelar até as nuances do direito ambiental e criminal.

A autonomia e independência do Conselho Tutelar são cruciais para garantir a proteção efetiva dos direitos da criança e do adolescente, agindo de forma imparcial e justa.

É importante referenciar as questões atuais e prementes, como o impacto da tecnologia e da pandemia de COVID-19 no acesso à justiça em Rondônia. A tecnologia tem sido uma aliada importante ao acesso à justiça no poder judiciário de Rondônia, especialmente durante a pandemia da COVID-19, porque facilitou acesso aos processos e pode garantir a continuidade dos serviços judiciais. As medidas empregadas pelo poder judiciário de Rondônia, com o uso das tecnologias, visaram, sobretudo, o compromisso com os direitos humanos, assegurando a justiça e a proteção aos mais vulneráveis mesmo em tempos desafiadores como foram os tempos da pandemia no Brasil e, não diferentemente, no estado de Rondônia.

Com o título “As políticas de isolamento de líderes criminosos no sistema penitenciário”, é possível trazer à tona a questão sobre a segurança pública. O que se propõe nesta discussão diz respeito à segurança. Afinal, é por meio das políticas de isolamento que esses líderes ficam impedidos de continuarem a exercer influência e coordenar atividades criminosas de dentro das prisões, contribuindo para a redução da violência e da criminalidade organizada.

A complexa relação entre ações neutras e a lavagem de dinheiro; e as peculiaridades dos crimes de colarinho branco; são outras temáticas trazidas aos leitores. É sabido que a relação entre ações neutras e a lavagem de dinheiro é complexa, porque transações aparentemente legítimas podem ocultar a origem ilícita de fundos, desafiando a detecção e a prevenção por parte do poder público. Na mesma seara, os crimes de colarinho branco são distintos por envolverem atividades financeiras ou corporativas, muitas vezes caracterizados por fraude, corrupção, e abuso de poder e confiança. Todavia, da mesma forma que as ações neutras e a lavagem de dinheiro apresentadas no artigo anterior, combater os crimes de colarinho branco é desafiador devido à sua natureza, cada vez mais sofisticada. Os textos seguintes, em uma perspectiva dialógica temática, discutem sobre os limites éticos e legais na atuação dos juízes em acordos de colaboração premiada, bem como a importância da investigação financeira no enfrentamento à corrupção e lavagem de dinheiro.

A edição também reflete sobre a prática da mediação em centros judiciários, a regularização fundiária urbana e o equilíbrio entre direitos individuais e interesse público, além de discutir as transformações nos prin-

cípios que regem a administração pública. Esta compilação de artigos não apenas realça a diversidade de temas jurídicos relevantes, mas também enfatiza a constante evolução do direito em resposta aos desafios sociais e ambientais, especialmente no contexto único de Rondônia e do Brasil. Estas pautas são importantes, principalmente, para a região amazônica e os direitos humanos. Afinal, a regularização fundiária é um processo vital para garantir a segurança da posse de terras, especialmente em áreas urbanas e rurais onde a ocupação irregular é comum, como os casos conhecidos na região. Além disso, a regularização fundiária também se refere estreitamente aos direitos humanos, pois promove o direito à moradia digna, o respeito à propriedade privada e o acesso a serviços básicos. Ao regularizar as terras, o governo não apenas cumpre os princípios administrativos, mas também fomenta a igualdade, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Além disso é importante analisar como os princípios de administração pública, como legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência estão presentes nas pesquisas que tratam sobre os direitos humanos, afinal, para elaboração, execução, eficiência e eficácia das políticas públicas, por exemplo, não há como estes princípios não perpassarem pelas práticas.

Assim, esta publicação é um recurso valioso para estudantes, acadêmicos, profissionais dos direitos humanos, do direito ambiental, do direito da cidade e outros, porque a proposta foi, justamente, trazer aos interessados a interconexão entre o direito, a sociedade e a justiça na região amazônica. Por isso, de sua relevância acadêmica, este dossiê também serve como uma ferramenta prática para a tomada de decisões políticas e jurídicas no contexto amazônico.

Professores Doutores

Aparecida Luzia Alzira Zuin

Arlen José Silva de Souza

Thaís Bernardes Maganhini